

DO SERTÃO DOS TOCÓS AO TERRITÓRIO DO SISAL: RUMO À INVENÇÃO DE UMA REGIÃO E UMA VOCAÇÃO

Alessandra Alexandre Freixo

Doutora em Ciências Sociais pela UFRRJ,

alessandrafreixo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Explicitarei aqui alguns caminhos que segui rumo à compreensão dos processos de transformação do espaço rural no Município de Valente, situado no semiárido, a Nordeste do Estado da Bahia.

Esse Município tem seu nome vinculado a um mito de origem, muito difundido no lugar, datado do início do século XX. Nas diversas narrativas sobre esse mito, amplamente disseminadas e documentadas, registra-se a imagem dum “boi valente”, que teria lutado por liberdade ou para fugir do subjugo. Essa imagem de valentia levou a uma mudança do nome da fazenda em que esse evento teria acontecido para “Fazenda Boi Valente”, que deu origem ao povoado de Boi Valente (1941) e, mais tarde, ao atual Município.

A fazenda constituiu-se num elemento primordial para o imaginário não apenas no Município de Valente, mas para toda região sisaleira, contribuindo sobremaneira para a construção duma ruralidade estreitamente relacionada à criação de gado. É fundamental notar o papel que a cultura do sisal tem atualmente sobre o imaginário social no lugar, tornando-se, ao lado do “boi valente”, um notável símbolo que ultrapassa os limites urbanos da sede do Município.

Por um lado, na cidade é comum a presença de ícones, representando o sisal em sua forma arbustiva, desenhadas em pedra-sabão, nas praças, e nos muros de prédios públicos. Tais ícones chegam a ser muito mais frequentes do que a imagem do boi valente, que está representada numa única praça no centro comercial da cidade. Por outro lado, expressões como “Capital do sisal”, “Capital mundial da fibra” e “Suíça do sertão” são frequentemente utilizados como referência a Valente, sendo acionados

geralmente com alusão a uma espécie de “vocação natural” do lugar, por sua aptidão   cultura do sisal, considerada por muitos como uma “planta nativa” do semiárido brasileiro.

Nesse sentido, meu foco de interpreta o neste artigo está orientado para uma análise das representa es que historicamente vêm sendo construídas naquele lugar, principalmente no que tange   cultura do sisal, buscando localizá-la no contexto da produ o dum discurso que cria uma região e uma voca o: a região sisaleira. Para empreender tal análise, tomo como base o conceito de representa o, aqui entendido como uma forma de *media o* das rela es sociais, tal como sugere Lefebvre (2006 [1980]).

Lefebvre (2006) compreende as representa es não como falsifica es ou altera es do real, mas percebe sua existência intrincada às condi es de existência dum grupo social, constituindo-se numa figura, ou imagem que esse grupo faz de si e dos outros (para si e para os demais). Essas representa es podem nascer do inconsciente ou tomar a forma de percep es mais ou menos temporárias do indivíduo, ou ainda constitu m-se em compreensões que se fixam, tornando-se correntes, instituídas e, como tais, originando ideologias.

A partir dessa compreensão, Lefebvre (2006) propõe uma “crítica das representa es”, não como supera o da no o, mas ao contrário, para tomar as representa es como ponto de partida para sua supera o, ou seja, partir duma crítica das representa es, temporárias ou fixadas na forma de ideologias, de modo a atravessá-las, super -las, na contínuo produ o de novas representa es, que, por sua vez, deverão ser postas   crítica. Um contínuo movimento de crítica e supera o:   desse modo que o autor abarca a produ o de representa es, um processo dial tico, que nos impede de compreendê-las como constru es *a priori* da vivência humana.

Partindo dessas premissas, busco, neste artigo, compreender o processo de constru o duma região e uma voca o: a região sisaleira e a agaveicultura no Estado da Bahia, mais detalhadamente no Município de Valente, amplamente reconhecido como a

“capital do sisal”, tanto para dentro quanto para fora dos possíveis limites do daquela circunscrição regional.

Para além duma tentativa de reconstrução histórica dos eventos que transcorreram ao longo de séculos de exploração agropastoril nesse Município, o que se pretende neste artigo é investigar como se constituíram e ainda se constituem representações que forjam num determinado momento uma vocação para a cultura do sisal, a tal ponto de esta ser tomada como uma característica “natural” ou “inerente” ao lugar.

É nesse percurso do “Sertão dos Tocós” à “Região sisaleira”, no qual se insere o Município de Valente, que traço uma narrativa em torno do processo de constituição dessa região e dessa vocação, universo no qual as pessoas do lugar constituem seu vivido e do qual participam ativamente, recriando identidades e reforçando, assim, novos elos de pertencimento ao lugar.

DO SERTÃO DE TOCÓS E PINDÁ...

A região que hoje se delimita como “região sisaleira” foi, por muito tempo, em sua quase totalidade, constituída como o “sertão de Tocós”, nome atribuído ao lugar onde teriam vivido “índios ferozes”, nomeados por bandeirantes como “Tocós”, seja por seus hábitos, seja por sua aparência.

Segundo Oliveira (2002a), esses índios teriam habitado inicialmente o litoral da Bahia, mais precisamente o que hoje conhecemos como o Recôncavo Baiano, e, paulatinamente, teriam sido expulsos de suas terras pelos grandes latifundiários, durante o período de colonização e, então, empurrados rumo aos sertões da Bahia, onde teriam fixado morada.

O sertão dos Tocós, como comumente se deu em todo o território brasileiro, foi cenário dum processo acirrado de concentração fundiária, dando origem a megalatifúndios e a diversas contendias em torno da propriedade das terras entre os grandes latifundiários da região. Essa região foi caracterizada pela concessão de sesmarias: enormes fatias de terras, que, em geral, ultrapassavam 20 léguas (FREIRE, 1998 [1906]).

Dentre as diversas concessões feitas pelo governo da província da Bahia a Guedes de Brito, destaco aqui a sesmaria dos Tocós, concedida em meados do século XVII como prêmio pelas batalhas de que participou em defesa do território da Bahia. Ali, Guedes de Brito ter-se-ia responsabilizado por promover a colonização do local, controlando os índios que por lá teriam permanecido.

Essas terras foram doadas a Guedes de Brito, sob estas condições: expulsar dos índios, “bravos gentios” que ali viviam, e povoar a região. O quase total extermínio dos índios correspondia aos interesses da província, na medida em que aquela região se constituía numa importante via de comunicação entre os sertões do São Francisco, Piauí e a capital da Bahia. Naquela região se abriram diversas estradas e caminhos de gado, que se dirigiam aos principais portos da província, como o de Cachoeira e o de Salvador (BAHIA, 1974).

Dentre a diversidade de caminhos de gado que foram abertos no sertão dos Tocós, destaca-se aquele que considero de maior relevância, dada sua presença constante nas narrativas do passado, construídas pelos mais antigos agricultores do Município de Valente: a Estrada das boiadas. Tendo sido aberto provavelmente no início do século XVII, essa passagem tinha como principal objetivo ligar o rio São Francisco (em Juazeiro) à cidade de Salvador, cortando de Norte a Sul o sertão dos Tocós. Essa foi, ao longo de quase três séculos, a principal via de comunicação entre os sertões da Bahia e o recôncavo.

Tamanha é a importância conferida a esse caminho, principalmente entre os mais velhos agricultores que cotidianamente seguiam, com suas tropas de gado, rumo a Feira de Santana, que muitos deles mantêm vivo, na memória, todo aquele trajeto, preocupando-se em mostrar a seus filhos e netos os trechos que ainda restam dessa rota, como se fosse uma espécie de relíquia dum tempo passado.

Isso me pareceu claro quando tive oportunidade de passar num desses segmentos em companhia dum agricultor pertencente a uma das comunidades, com quem tive contato nesta pesquisa. Naquele momento, esse agricultor contou as histórias que seu tio-avô

narrava acerca da estrada por onde passava, dos caminhos e das fazendas que cortava até chegar a seu destino: Feira de Santana, rumo a Salvador. O trecho em que passamos, segundo esse agricultor, seria o mais conservado da Estrada das Boiadas, já que a maior parte de seu traçado original atualmente teria dado lugar a roças.

Após o falecimento de Guedes de Brito, a sesmaria de Tocós sofreu um intenso processo de desmembramento, em decorrência da venda de terras pelos herdeiros. A sesmaria, que abarcava uma área superior a 20 léguas, foi, ao longo desse processo, desmembrada em inúmeras fazendas, nas quais predominava a criação de gado. A partir dessas fazendas, impulsionou-se o processo de povoamento, dando origem a importantes freguesias, dentre as quais se destaca a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, relevante entreposto na circulação e escoamento da produção mineira de charque, via Estrada das Boiadas (OLIVEIRA, 2002a; BARRETO, 2007).

Nesse cenário onde floresciam as grandes fazendas de gado que, em sua maioria, pertenciam a um número muito reduzido de famílias, figuravam atores sociais que ainda hoje constituem importantes referências culturais do lugar, como representantes do “tempo dos antigos”. É comum em suas narrativas os mais velhos mencionarem figuras como o “gentio”, o “vaqueiro”, o “cativo” e o “fazendeiro”, como caricaturas do “tempo da fazenda”, como heranças dum tempo no qual reconhecem terem dominado relações sociais muito distintas das que hoje se reproduzem em seu lugar.

Assim, florescem entre os mais velhos os “causos” dos gentios, nos quais se faz referência ao índio como um “selvagem” e “guerreiro”, que resiste no imaginário do lugar desde os tempos remotos do “sertão dos Tocós”. Também o vaqueiro, amplamente difundido como uma espécie de representante fiel da chamada “cultura sertaneja”, que tem sua identidade continuamente forjada de modo a reproduzir sua imagem de “homem livre” e, sobretudo, o “homem forte”, está intensamente presente nas narrativas dos velhos.

Desse modo, no espaço-tempo da fazenda o vaqueiro se apresenta como num trabalhador livre, responsável não apenas pelo trato do rebanho, mas, também, de toda a fazenda, atuando geralmente como um administrador da propriedade. Muitas vezes, essa

figura confunde-se com a do tropeiro, já que também guiava as tropas pelos caminhos de gado.

Ao lado do vaqueiro, também participa da memória do lugar a figura do negro “cativo”, importante mão de obra na fazenda, seja nas tarefas domésticas, seja na construção de tanques e aguadas para provimento d’água nos períodos secos. É interessante destacar que os mais velhos, apesar de não terem vivenciado essas relações de escravidão, narram com muita propriedade os acontecimentos que teriam sucedido naquela época, presentificando-os como referência dos “tempos dos antigos”, o que os possibilita legitimarem-se como herdeiros dum espaço-tempo, o “tempo da fazenda”, que reconhecem como passado, mas que, ao mesmo tempo, se atualiza como forte elemento do seu enraizamento no lugar.

A partir de fins do século XIX, iniciou-se a construção da estrada de ferro, que passou a figurar como o principal meio de circulação entre os sertões e a capital da província, delineando o fluxo de mercadorias e funcionando como um importante propulsor da economia e do desenvolvimento da região. Pela ferrovia, não apenas se escoava a produção mineira e o charque, mas, também, chegavam ao sertão os materiais para a construção de açudes, ou até mesmo a água, nas áreas mais afetadas pela seca (BAHIA, 1974).

Daí, a estação ferroviária se configurar como um lugar de confluência duma grande diversidade de pessoas, serviços e mercadorias, de algum modo concorrendo com os tradicionais caminhos de gado, também presentes nas narrativas dos mais velhos, principalmente daqueles que moravam próximos a vilarejos que cotidianamente abasteciam-se dos produtos trazidos pelo trem.

Desse modo, do final do século XIX até os anos de 1950, a ferrovia constituiu-se como o principal meio de transporte da economia monetarizada, perdendo, então, espaço para o eixo rodoviário em expansão, que se inaugurou com a construção da rodovia Transnordestina (BR 13, atual BR 116 Norte), em 1920 (PINTO, 1969; BAHIA, 1974).

Esse eixo rodoviário, dum modo geral, tendeu a reproduzir o tradicional percurso dos caminhos de gado, sendo possível notar, inclusive, que o atual traçado da rodovia BA 109¹ – a Rodovia do Sisal –, se aproxima em grande medida ao antigo traçado da Estrada das Boiadas.

O avanço do processo de modernização no país incentivou o desenvolvimento mais acelerado das rodovias que, ao lado da política de integração do espaço físico, com o projeto de criação de Brasília, intensificou a ampliação da malha rodoviária, melhorando sobremaneira as condições de acesso das estradas já existentes na região. Essa ampliação do eixo rodoviário alterou profundamente a dinâmica da circulação de pessoas e mercadorias, marcando o fim da primazia dos caminhos de gados e da ferrovia, o que, de certo modo, contribuiu para uma intensa reconfiguração do espaço, principalmente por permitir o florescimento da produção de sisal, uma planta introduzida na Bahia já na década de 1910, mas que ganhou expressividade econômica a partir dos anos 1930.

E, assim, o sertão de Tocós, com suas fazendas e caminhos de gado, paulatinamente foi dando lugar a uma nova “região”, inventada como a “região sisaleira”, e reinventada como o “território do sisal”.

AO TERRITÓRIO DO SISAL

O Estado da Bahia é, atualmente, o principal produtor brasileiro de sisal. Em 2004, gerou mais de 120 mil toneladas de fibras, o que corresponde cerca de 87% de toda a produção brasileira (ANDRADE, 2006). Trata-se duma quantidade expressiva, considerando-se que o Brasil é o principal fabricante mundial da fibra. Além do Estado da Bahia, concorrem na manufatura desse artefato os Estados da Paraíba (que até a década de 1950 liderou a produção nacional), do Rio Grande do Norte e do Ceará (ALVES et al., 2005).

¹ Essa estrada começou a ser aberta já no início da década de 1930, sendo inaugurada apenas em meados da década de 1940 (OLIVEIRA, 2002a). Ligava os **Municípios** de Coité e Serrinha, desembocando na Transnordestina. Em 1959, a estrada foi ampliada, passando a ligar os **Municípios** de Conceição de Coité a Santa Luz (PINTO, 1969).

A atividade promove ocupação de cerca de 700 mil pessoas direta e indiretamente, sem contar com um número importante de ocupações nos setores secundário e terciário (APAEB, 2006). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), 75 Municípios baianos são produtores de sisal; juntas, essas circunscrições administrativas ocupam uma área de 80,6 mil hectares. Dentre os Municípios produtores, destacam-se 20 entre os responsáveis por cerca de 90 % da produção do Estado, que pertencem ao “território do sisal” (BRASIL, 2005), conforme o ilustra a Figura 01.

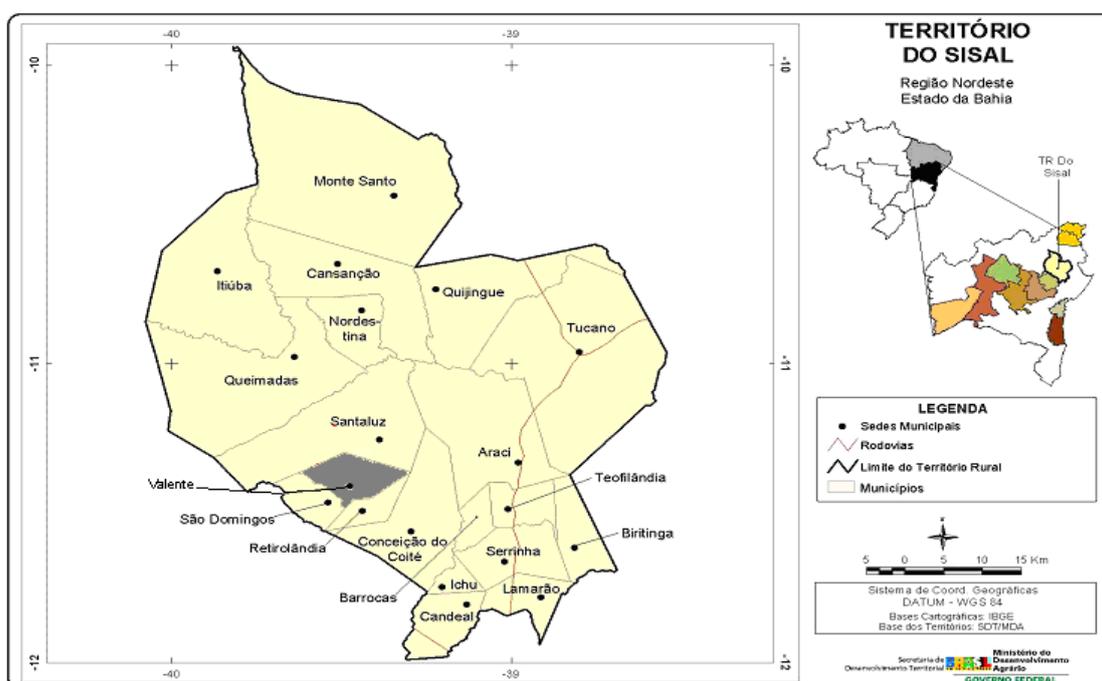


Figura 01 – Território do sisal.
Fonte: BRASIL (2007)

A principal atividade econômica na região, e o setor que mais ocupa mão de obra, é a extração da fibra de sisal, cultura que foi aí introduzida no fim da década de 1930. Além do sisal, outros importantes produtos, em termos de área plantada, são o feijão e a mandioca. Não só essas culturas, mas, também, a pecuária é ainda expressiva na região, destacando-se os rebanhos bovinos e ovinos (ALVES et al., 2005).

Predominam, na região, pequenas e médias propriedades de terra, assim distribuídas: em torno de 68% dessas apresentam área inferior a 10ha, 29% com área entre 10ha e 100ha, e 3 % com área superior a 100ha (OLIVEIRA, 2002b).

A região como um todo foi submetida a um intenso processo de minifundialização (OLIVEIRA, 2002b). Em decorrência disso, grande parte das propriedades rurais atuais originou-se a partir dum processo de desmembramento de antigas fazendas de gado. Tais fazendas, à medida que eram parcelas, transformavam-se em “posses²” que se distribuía por herança ou, mais comumente, eram vendidas pelos herdeiros a seus empregados ou a outros agricultores daquela localidade.

É relevante destacar que esse processo de minifundialização não foi contínuo nem homogêneo. Isso significa que encontramos atualmente na região uma paisagem bastante heterogênea em que se veem raras e grandes propriedades de terra, onde predomina a caatinga, e inúmeras pequenas propriedades, nas quais encontramos desde pequenas áreas de “capoeira³”, ou “caatinga”, a um mosaico de roças de mandioca, milho, feijão e sisal.

O sisal, um agave originário do México, expandiu-se no século XIX para a Indonésia e as Filipinas, onde floresceu a indústria da fibra. Já no início do século XX, a cultura chegou ao Oeste da África (Quênia e Tanzânia) e ao Nordeste do Brasil. Sua introdução no Brasil teria ocorrido em 1903, na Paraíba e na Bahia, para fins ornamentais, a partir de bulbilhos⁴ trazidos da Flórida. Apenas em 1937/38, na Paraíba, e 1939/40, na Bahia, a cultura se expandiu para fins de obtenção de fibras (ANDRADE, 2006).

A produção de sisal tornou-se mais acentuada após a Segunda Guerra Mundial, principalmente na Paraíba, devido ao aumento da demanda interna externa por fibra. E o país tornou-se exportador em 1946, para assumir, em 1951, a vice-liderança na produção mundial da fibra (ANDRADE, 2006). Somente a partir da década de 1960, a Bahia alcançou a hegemonia na produção nacional desse artefato, sendo reconhecida desde então como seu maior produtor no país.

² Como são denominados localmente os pequenos lotes de terra que **se põem** à venda, a partir do desmembramento das fazendas.

³ Os termos “capoeira” e “caatinga” são utilizados aqui em seu sentido nativo. Assim, a capoeira diz respeito à vegetação que surge após o cultivo e abandono da terra. A caatinga, por sua vez, relaciona-se a uma vegetação que se desenvolve **numa** área que nunca teve nenhum outro uso pelos velhos ou por **descendentes** próximos.

⁴ Os bulbilhos ou “filhotes”, ou ainda “filhos”, são estruturas de dispersão vegetativa que se **desprendem** do pendão floral da planta-mãe.

Ali se encontraram os primórdios duma região que se define como “sisaleira”, quando, a partir da década de 1950, a planta começou a ser designada como o “ouro verde”, e a produção principiou a destacar-se tanto na imprensa – como o “cordão de ouro” (OLIVEIRA, 2002a), quanto nas estatísticas⁵.

O plantio comercial do sisal intensificou o povoamento da região Nordeste e Centro-Norte do Estado da Bahia, fazendo surgir Municípios como Araci (1956), Valente (1958) e Ichu (1962). Naquele tempo, os latifúndios ainda predominavam na região, e a principal atividade econômica era a pecuária extensiva.

Começaram a despontar no cenário local figuras – ricos fazendeiros –, que passaram a receber o “título” de “reis do sisal” (OLIVEIRA, 2002a), reafirmando, nesse novo cenário, seu poder e prestígio em relação aos “pequenos” – arrendatários, pequenos proprietários e vaqueiros. Reproduziam, assim, relações de subordinação entre fazendeiros e “pequenos” como características dos sertões dos Tocós.

Entretanto, a partir de 1964 iniciou-se uma crise na economia sisaleira mundial, com o aparecimento das fibras sintéticas, como o polipropileno, como fortes concorrentes das fibras naturais (ALVES et al., 2005). Essa concorrência dos sintéticos ocasionou uma drástica queda de preços nos mercados interno e externo, o que gerou um colapso que se agravou durante a década de 1970, repercutindo sobremaneira na redução tanto da produção quanto da área plantada ao longo das décadas de 1970 e 1980 (BAHIA, 1991).

Somou-se a isso um grave problema sanitário que invadiu os campos de sisal nas principais regiões produtoras da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte – a podridão do tronco que, desde a década de 1970, vem provocando grandes perdas nas lavouras, chegando a seu ápice já em 1998, quando se registraram as piores perdas nas plantações (ALVES et al., 2005).

Atualmente, o avanço do ambientalismo por todo mundo (sobretudo nos Estados Unidos e nos países da Europa, principais importadores do sisal brasileiro), o aumento

⁵ No censo agropecuário de 1956, o agave ganha expressividade, concorrendo com o feijão, a mandioca e o milho, bem como com a mamona e o fumo, nas estatísticas de produção agrícola da região (IBGE, 1960).

da cotação do petróleo no mercado externo, além da entrada da China como forte mercado consumidor têm ampliado a demanda pelas fibras naturais e, com isso, aumentado a produção de sisal.

Esse acréscimo foi ainda mais sensível em 2002, quando houve um grande incremento nas exportações, posteriormente balanceado por uma redução nos anos subsequentes (ALVES et al, 2005; ANDRADE, 2006). Segundo Andrade (2006), a perspectiva é de estabilização da produção nacional em cerca de 140 e 150 mil toneladas de fibra, das quais a Bahia tende a continuar participando com a maior parcela.

A cadeia produtiva do sisal compreende uma série de atividades, estendendo-se do plantio dos agaves até a extração da fibra, que passa por diversas etapas de beneficiamento antes de ser destinada à comercialização, seja ao mercado interno, seja no externo.

Logo após o corte, deve ser realizado, ainda nos campos de sisal, o desfibramento das folhas cortadas, para evitar que se desidratem e haja prejuízos na obtenção das fibras. Após serem lavadas, as fibras são estendidas ao sol para secar. Após essa etapa se finda procedimento de extração no campo e inicia-se o processo de beneficiamento.

Em geral, este é o produto comercializado pelos agricultores do sisal: a fibra bruta, cujo preço varia enormemente, de acordo com seu tamanho, teor de umidade e coloração, dentre outras características, mesmo com a disponibilidade do produto no mercado flutuante, seja pelas variações do mercado externo, que são repassadas ao agricultor, seja por ocasião de secas, que dificultam ou mesmo inviabilizam o processo de extração da fibra.

Além disso, boa parte dos agricultores do sisal não possui motor para proceder ao desfibramento, o que os obriga a alugar essa máquina dos “donos do motor” – em geral, agricultores mais capitalizados, que dispõem seu maquinário a outros agricultores. Estes, em troca, comprometem uma parcela de sua produção como pagamento ao aluguel do motor.

A parcela restante da fibra extraída é, com grande frequência, comprada por um intermediário, já que boa parte dos agricultores do sisal não dispõe de meios para transportar a fibra às indústrias de beneficiamento; daí, o preço sofre maior redução, em virtude dos custos de transporte.

Assim, após toda essa cadeia de intermediários, o quilo da fibra bruta passa a custar, para o agaveicultor, em torno de R\$ 0,90, desde que esse produto seja de boa qualidade e não tenha havido problema que prejudique sua produção, comumente uma seca prolongada, como relatam alguns agricultores do sisal. Para se ter maior clareza da cadeia de intermediários a que são constantemente submetidos os agricultores do sisal, são reproduzidos na Figura 02, em linhas gerais, os principais esquemas de comercialização do produto, explicitando as rotas de comercialização e principais intermediários.

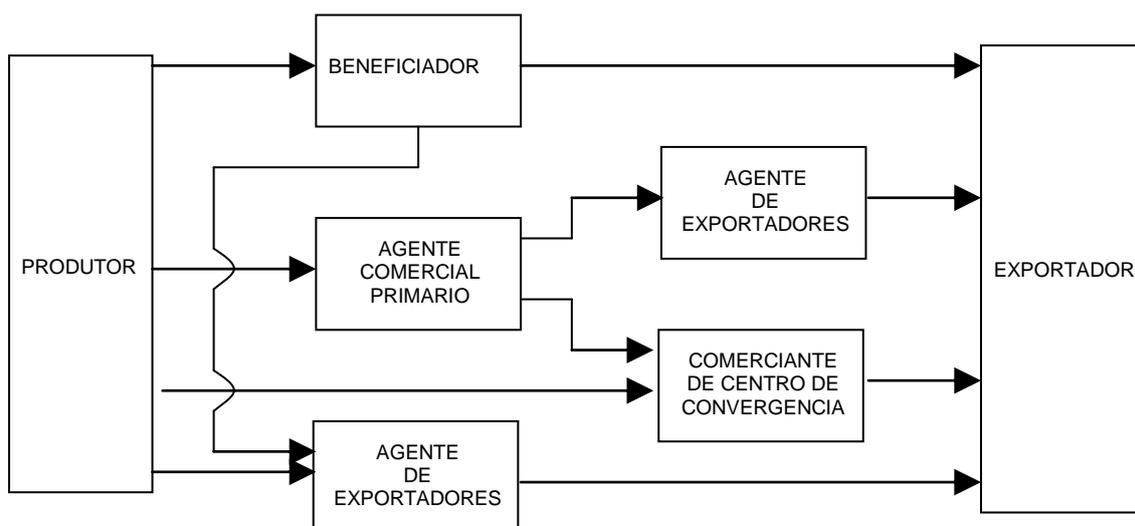


Figura 02 – Esquemas de comercialização de sisal no Estado de Bahia.
Fonte: Adaptado de BAHIA (1974).

Raros são os agricultores que seguem o fluxo de comercialização diretamente aos beneficiadores da fibra. Em sua maior parte, eles revendem a intermediários, que então revendem aos exportadores ou comerciantes nos principais centros de convergência – historicamente, na região, o Município de Conceição de Coité e a capital baiana. Mais recentemente, a partir da década de 1990, tem crescido a venda direta a beneficiadores e exportadores, como no caso da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira da Bahia (Apaeb Valente), localizada no Município de Valente.

Uma vez secas, as fibras devem ser batidas, de modo a eliminar as impurezas que nelas permaneçam e excluir as fibras de tamanho muito curto. Esse processo de beneficiamento se dá fora do campo de plantio, por meio de máquinas denominadas “batedeiras”.

Vale lembrar que grande parte dos agricultores do sisal limita seu conhecimento da cadeia produtiva desse produto às atividades desenvolvidas na batedeira, em virtude de estarem diretamente envolvidos no processo de batimento, como mão de obra incorporada, ou indiretamente, por negociarem a fibra extraída com os donos das batedeiras.

De modo a agregar maior valor ao produto, a fibra bruta pode ser submetida a um processo industrial de tingimento, fiação e tapeçaria, sendo convertida em fios, barbantes, cordas, tapetes, sacos e artesanato. No Estado da Bahia, há dezenas de indústrias de fiação que produzem mantas e cordoalhas, distribuídas em vários Municípios, na região sisaleira e na capital do Estado (ANDRADE, 2006). Entretanto, há apenas uma indústria de tapetes, localizada no Município de Valente, da Apaeb Valente, um dos principais exportadores nacionais de tapetes e carpetes, concorrendo com a Companhia Sisal do Brasil (Cosibra) e a Fiação Brasileira de Sisa (Fibrasa), ambas no Estado da Paraíba (ALVES et al., 2005).

Em que pese esse discurso em torno da “vocação do sisal” como uma expressiva atividade para a promoção do “desenvolvimento sustentável e solidário da região sisaleira”, como   consenso entre representantes do Estado e da sociedade civil como um todo,   válido notar isto: a agaveicultura compreende um complexo arranjo produtivo local, em que o plantio, quase exclusivamente explorado por mão de obra familiar, representa, em termos monetários, uma mínima parcela de toda cadeia; esse arranjo produtivo tende a se traduzir numa renda efetiva muito reduzida que   repassada ao agaveicultor; no conjunto dessas atividades, a renda concentra-se no elo industrial da cadeia produtiva responsável direta pela comercialização com os mercados interno e externo (BAHIA, 1991; ALVES et al., 2005).

Disso decorre que os agricultores do sisal são duplamente excluídos desse processo, seja pela baixa renda que lhes cabe, seja pelo parco conhecimento que possuem sobre a atividade como um todo, já que, de modo geral, somente têm acesso às atividades de plantio, extração e, no máximo, beneficiamento inicial da fibra nas bateadeiras, raramente sendo representados nos esquemas de produção e comercialização ao longo da cadeia produtiva.

RUMO A UM “LUGAR VALENTE”

Dentre os Municípios pertencentes à região sisaleira, Valente se destaca por sua relevante participação na produção do agave, localizando-se a cerca de 250km da capital do Estado – Salvador. Dos 19.129 habitantes desse Município, cerca de 50% moram no campo (IBGE, 2005).

O Município apresenta um baixo índice pluviométrico, sendo que a média anual varia de 400mm a 600mm. As chuvas são bem demarcadas, sendo frequentemente concentradas nos meses de janeiro, fevereiro e novembro. Contudo, não é incomum que haja alterações no quadro climático, proporcionando “anos bons⁶” – em que as chuvas são mais bem distribuídas ao longo dos meses – alternados com “anos ruins”, nos quais as chuvas são escassas ao longo de todo ano. Dentre os “anos ruins”, certamente o de 1932 foi o que mais despertou a preocupação da população do lugar, pelo intenso grau de escassez, fome, migrações e mortes que teria causado, compondo muito das narrativas e representações no imaginário social da seca na região.

Valente é por muitos considerado o “símbolo do desenvolvimento sisaleiro” (PINTO, 1969), ou ainda a “Capital do sisal” (GALVÃO, 2004), disputando esse título com o Município de Conceição do Coité, do qual se emancipou em 1958. Atualmente, como já se disse, a cultura de sisal desponta no cenário nacional, ampliando consideravelmente as receitas dos Municípios de toda a região, o que, de certo modo, abre caminho à onda de emancipações políticas de diversos distritos, como Valente e Retirolândia, ambos pertencentes até então a Conceição do Coité.

⁶ Conforme denominam os agricultores da região.
*Do Sertão dos Tocós ao Território do Sisal:
rumo à invenção de uma região e uma vocação*

O Município em questão derivou sua identidade dum “mito de origem”, que narra a “saga” dum boi, que ali teria vivido lá pelos idos de 1800 (GALVÃO, 2004). Há distintas versões em torno do mito, das quais destaco duas mais comuns:

- 1) acredita-se que teria havido um novilho que se desgarrou da boiada e se perdeu na caatinga. Durante anos, os vaqueiros tentaram pegá-lo, sem sucesso, pois sempre escapava. Um dia, foi levado para um curral nas proximidades de onde hoje é a cidade. O boi não teria aceitado ficar preso e, por sua valentia, lutou para fugir; não tendo conseguido escapar, jogou-se numa vala profunda e morreu;
- 2) certo dia, tentaram levar um boi para o matadouro, porém, a valentia desse ruminante surpreendeu a todos: ele não se entregou, lutou resistiu, fugiu, e foi morrer afogado numa aguada, como que por vontade própria. A aguada onde o boi teria caído ficou popularmente conhecida como “Caldeirão do boi valente”.

Esse mito se reproduz ao longo das curvas do tempo no Município, seja por meio de relatos orais, seja, mais recentemente, contando com o auxílio de diversos meios de comunicação, inclusive visual. A esse propósito, está disponível no Memorial de Valente⁷ um conjunto de iconografias produzidas por uma artista local, que narra uma das versões do mito, apresentadas aqui numa série fotográfica (Figura 03).

⁷ O Memorial de Valente constitui-se num rico acervo historiográfico do município, que se encontra em exposição na biblioteca municipal de Valente.

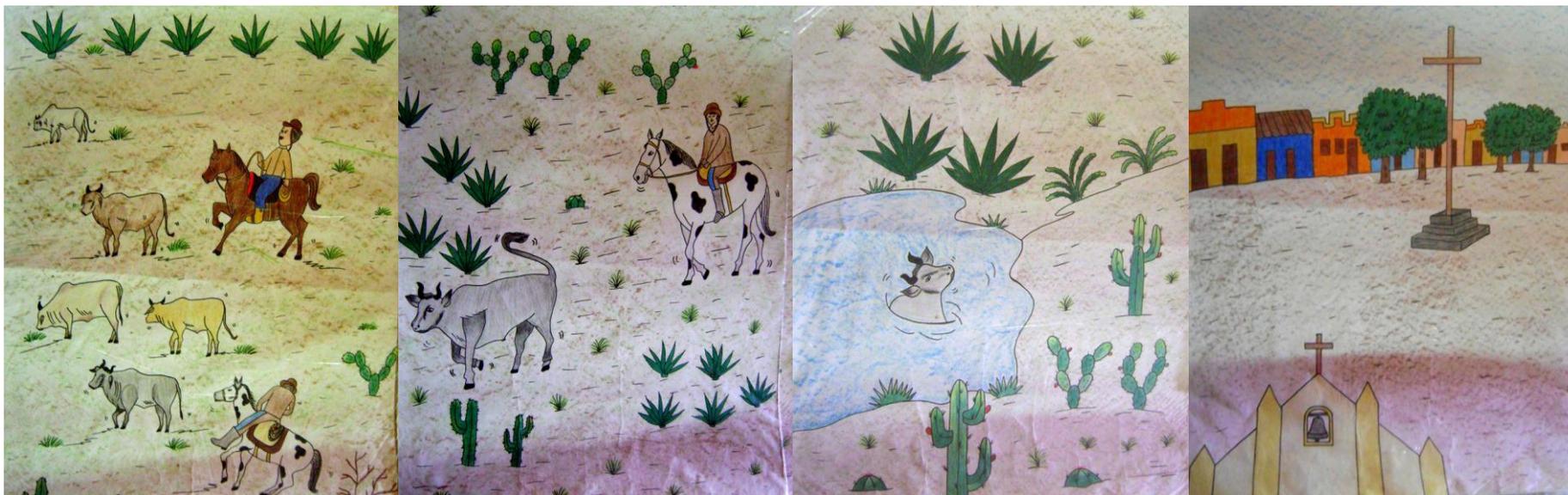


Figura 03 – Série fotográfica de desenhos produzidos em papel metro plastificado, narrando a “saga do boi valente”.

Fonte: Iconografia produzida por Maria Lúcia Amaral, 2007. Valente {BA}. 14 ago. 2007. Alessandra Freixo.

Nota-se nessa série, a representação do vaqueiro, do gado, da fazenda, do boi dentro do “caldeirão valente”, bem como de plantas nativas da região, elementos tomados pela artista como símbolos identitários do lugar.

É fundamental assinalar o papel que a cultura do sisal tem atualmente sobre o imaginário social no Município, inclusive competindo com a lenda do boi valente, tornando-se, ao lado deste, um importante símbolo, de tal forma que mesmo nos limites tidos como urbanos – a sede do Município – é comum a presença de ícones como figuras da planta, desenhadas com pedras no chão de praças da cidade, mas, também, presentes em muros de prédios públicos. Tais ícones chegam a ser muito mais freqüentes do que a imagem do boi, que se vê numa placa na praça do centro comercial da cidade (Figura 04).



Figura 04 – Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: símbolos de um “lugar valente”.

Fonte: Valente (BA). 29 jun. 2005. Alessandra Freixo.

Em 1920, iniciaram-se as obras para construção do açude municipal de Valente, que foi inaugurado apenas em 1940. Ao longo dessas duas décadas, criam-se frentes emergenciais de trabalho, das quais fizeram parte alguns dos velhos agricultores entrevistados que, nos momentos de longas estiagens, substituíam um tempo de trabalho na roça pelo trabalho remunerado das frentes.

Em 1940, após conclusão do açude, que veio a prover melhor abastecimento de água, instalou-se a primeira usina de beneficiamento da fibra em Valente, por Décio Monte Alegre e José de Araújo Góis (PINTO, 1969; GALVÃO, 2004). Com a usina, desenvolveu-se a cultura do sisal, que passou a ser explorado por boa parte dos agricultores, muitos abandonando suas lavouras tradicionais de milho, feijão, ou mesmo mandioca, principalmente pelo incentivo desses industriais que, entres outros, se responsabilizaram pela distribuição de mudas, alavancando a agaveicultura em Valente (GALVÃO, 2004).

A partir da iniciativa de Décio Monte Alegre, cresce o número de estabelecimentos de beneficiamento em Valente, tendência que se estendeu às décadas de 1960 e 1970, quando a economia do Município começou a ser atingida pelos efeitos da crise da economia sisaleira mundial. Numa tentativa de superação desse contexto de crise, buscaram-se alternativas para a dinamização da cultura do sisal, dentre elas a utilização da folha para obtenção de celulose.

Com esse intuito, instalou-se, em 1976, a Companhia da Celulose da Bahia, no Município de Santa Luz, com recursos do BNDS, o que contribuiu sensivelmente para a geração de empregos, seja no setor agrícola, seja no industrial, não apenas em Santa Luz, mas, também, em Valente, ampliando as taxas de urbanização nos dois Municípios (SILVA, 2002).

Em que pese o papel da Companhia na geração de empregos e na urbanização desses Municípios, a empresa enfrentou graves problemas, principalmente no que tange à inadequação da tecnologia empregada na extração da celulose e às relações de produção vigentes nos Municípios, os quais não contavam com mão de obra especializada para o trabalho e apresentavam métodos arcaicos de cultivo, o que, muitas vezes, inviabilizava o processo industrial (SILVA, 2002). Em decorrência disso, a empresa fechou suas portas em 1987, o que gerou um grave problema de desemprego na região, dado que não houve um mecanismo de absorção da mão de obra ociosa que deixou a companhia, apesar dos esforços de dinamização do mercado de trabalho com a exploração de ouro em Santa Luz, no mesmo lugar onde estava sediada a frustrada empresa de celulose.

Nesse contexto de crise da lavoura sisaleira que se estendeu do fim da década de 1960 à década de 1980, iniciou-se, não apenas no Município de Valente, mas em Municípios próximos da região, um significativo sistema de mobilização social, encabeçado principalmente pela igreja católica, que desencadearia um processo de ressignificação do papel dos sindicatos de trabalhadores rurais e serviria ainda de berço para as principais organizações não governamentais da região, o que certamente proporcionou uma ampliação das redes de confiança e o fortalecimento do capital social local (NASCIMENTO, 2003).

5 PARA NÃO CONCLUIR...

Neste artigo, mais do que promover uma espécie de “culto ao lugar” – o que equivocadamente levaria a uma leitura isolacionista, como nos sugerem Massey (2000) e Escobar (2005) –, busquei investigar como se constrói uma narrativa e uma representação sobre um lugar, que, longe de ser fixa, é continuamente constituída tanto na esfera do espaço local quanto para fora deste, e como essa narrativa informa os próprios agricultores, que, apropriando-se dela, tecem cotidianamente suas relações no ambiente.

Dáí minha proposta de tomar esse processo histórico como uma “invenção”, respaldada principalmente pelas contribuições de Albuquerque Jr. (2001), ou seja, ir além duma perspectiva fixista na análise duma região, compreendendo-a como um constructo social fortemente relacionado às narrativas e representações que cotidianamente se formam sobre esse espaço, num sentido tanto de dentro para fora como de fora para dentro, que contribuem sobremaneira para sua diferenciação espacial (HAESBAERT, 2005).

Enfim, trata-se dum espaço em que se combina tanto o geral e o global como o peculiar do lugar, em sua constituição (SANTOS, 1988; RUA, 1993), mas que é constantemente redimensionado ou reestruturado a partir das representações e práticas cotidianas que ali se desenvolvem (LEFEBVRE, 1991).

Nesse sentido, creio ter sido possível problematizar uma noção deveras comum, tanto para dentro como para fora da região sisaleira, disso que ficou conhecido como a “vocação natural” do semiárido baiano para a cultura do agave. Essa noção problematizada informa não apenas as políticas públicas direcionadas a esse “território do sisal”, mas, também, as diversas narrativas que os agricultores da região produzem sobre seu passado, principalmente aqueles mais velhos, já que a planta passou a ser tomada como uma forte referência do seu tempo vivido, sobretudo a partir da década de 1950.

Contudo, não é apenas em torno do sisal que se enraízam as memórias desses agricultores. O imaginário do “boi valente”, associado aos remotos tempos das fazendas de gado, nas quais a caatinga, o fazendeiro, o vaqueiro e o “cativo” figuravam na paisagem do sertão, e que ainda hoje participam da memória coletiva do lugar, disputando espaço com o sisal, como referências ao “tempo da fazenda” também compartilham de suas reminiscências.

Assim, constitui-se o vivido pelos lavradores do sisal, reconfigurado por novas práticas espaciais e representações que se impõem em seu cotidiano, mas ainda permeado pelo imaginário do “boi valente”, que permanece como um elo identitário e de enraizamento (WEIL, 2000) desses agricultores ao lugar.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR.; Durval M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo G.; LIMA, Antonio Renan M. **Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro**. Fortaleza: BNB, 2005. (Série Documentos ETENE, 4). Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/livroPDF.aspx?cd_livro=11>. Acesso em: 26. jun. 2008.

ANDRADE, Wilson (Org.). **O sisal do Brasil**. Salvador: SINDIFIBRAS; Brasília: APEX-Brasil, 2006.

APAEB. **Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira**. Disponível em: <<http://www.apaeb.com.br>>. Acesso em: 14 nov. 2006.

BAHIA. **Análise global da economia baiana: diagnóstico**. Salvador: SEPLAN, 1974.

*Do Sertão dos Tocós ao Território do Sisal:
rumo à invenção de uma região e uma vocação*

Revista Geografares, nº 8, 2010

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **O sisal na Bahia**. Salvador: CER, 1991 (Alternativas de Investimentos, 1).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de informações territoriais**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/>. Acesso em: 04 mar. 2007.

BARRETO, Orlando M.. **Conceição do Coité: da colonização à emancipação**. Conceição do Coite: Nossa Gráfica, 2007.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil**. Volume 1. Edição Fac-similar. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. [1906]

GALVÃO, Alamiro. **Valente, estrela do semiárido**. Valente: Alamiro Galvão, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Predidente Prudente: UNESP/FCT/CAsPERR, 2005.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Indicadores Agropecuários 1996-2003**. 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/indicadoresagro_19962003/default.shtm/. Acesso em: 14 nov. 06.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 1991[1974].

_____. **La presencia y la ausencia**. Contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 2006[1980].

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000.

NASCIMENTO, Humberto. M. **Conviver o sertão: origem e evolução do capital social em Valente – BA**. São Paulo: Annablume, 2003. 125 p.

NEVES, Erivaldo F. Sesmarias em Portugal e no Brasil. **Politeia**, v. 1, n. 52, p. 111-139, 2001.

OLIVEIRA, Vanilson. **Conceição do Coité e os sertões dos Tocós**. Conceição de Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002a.

OLIVEIRA, Ildes F. **Produção familiar na região semiárida: limites e possibilidades**. 2002b. Disponível em: <[http://www.apaeb.com.br/hp_new/publicacoes/producao_familia_na_regiao_sisaleira%20ismae_ferreira\[1\].zip](http://www.apaeb.com.br/hp_new/publicacoes/producao_familia_na_regiao_sisaleira%20ismae_ferreira[1].zip)>. Acesso em: 03. Mar. 2007.

PINTO, Maria N. Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 31, n. 3, p. 3-102, 1969.

RUA, João. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: a atualidade do estudo regional. In: RUA, João et al. (Orgs.). **Para ensinar Geografia**. Rio de Janeiro: Access Editora, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Maria Auxiliadora da. Impacto das atividades econômicas no sertão sisaleiro. In: LAGE, Creuza S.; ARGOLO, João L.; SILVA, Maria Auxiliadora da. **O sisal baiano: entre natureza e sociedade: uma visão multidisciplinar**. Salvador: UFBA, 2002.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001. 274 p. (Coleção Mulher).

RESUMO

Investigar distintas conformações do espaço rural no Município de Valente, região sisaleira da Bahia, forjando novas ruralidades no lugar. Abordagem do percurso de transformação do que foi “sertão dos Tocós” à atual “Região sisaleira”, buscando compreender, nesse processo, como se formam novas vocações e se recriam novas identidades, que reforçam e (re)criam novos elos de pertencimento ao lugar. Problematização da noção comum de “vocação natural”, que assume a cultura do agave no semiárido baiano, enfatizando que essa vocação informa não apenas políticas públicas para esse “território do sisal”, mas, também, diversas narrativas dos agricultores sobre seu cotidiano.

Palavras-chave: Região sisaleira. Ruralidade. Valente

ABSTRACT

The aim of this paper was to investigate different conformations of agricultural space in Valente, sisal region of Bahia, forging new ruralities in this place. For this, it was investigated the course of transformation from the "Sertão dos Tocós" to "Sisal Region", trying to understand this process as they form new vocations and recreate new identities, that strengthen and (re)create new bonds of people to their place. It was possible to question the common notion of "natural vocation" which takes the sisal culture in semi-arid region of Bahia, that informs not only public policies for this "territory of the sisal, but also various farmers' narratives about their daily lives.

Keywords: Sisal Region. Rurality. Valente.